



GRUPO CLAMOR: HISTÓRIA E MEMÓRIA NA NARRATIVA DE JAN ROCHA (2018)

Luca Lima Iacomini*¹

* Universidade Federal do Paraná (UFPR)
e-mail: iacomini.luca@gmail.com

Resumo: Em 1978, a jornalista britânica Jan Rocha, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e o pastor presbiteriano Jaime Wright criaram o Clamor, ou Comitê de Defesa dos Direitos Humanos no Cone Sul, grupo que tinha como objetivo acolher refugiados das ditaduras da América Latina no Brasil e divulgar o que estava acontecendo naqueles locais para a imprensa e organizações de direitos humanos. O grupo, que recebeu proteção da Arquidiocese de São Paulo, tinha uma perspectiva cristã ecumênica e atuava a partir da ideia chamada de “teologia das brechas”. O livro *Solidariedade não tem fronteiras: a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor*, escrito por Rocha e publicado em 2018, narra a trajetória do grupo de sua criação até seu desligamento. O presente trabalho busca analisar o empreendimento da luta do Clamor a partir da perspectiva da memória, tanto da escritora como de seus entrevistados. Foi preciso, portanto, lançar o olhar sobre o contexto político em que as entrevistas foram feitas e o livro foi publicado, a relação do grupo com a fé cristã e a forma como as lembranças são mencionadas ao longo do texto.

Palavras-chave: Clamor; ditaduras; Cone Sul

Group Clamor: History and Memory in Jan Rocha’s narrative (2018)

Abstract: In 1978, British journalist Jan Rocha, lawyer Luiz Eduardo Greenhalgh and Presbyterian pastor Jaime Wright created the group Clamor, or Committee for the Defense of Human Rights in the Southern Cone, that aimed to welcome refugees from Latin American dictatorships in Brazil and publicize what was happening there to the press and human rights organizations. The group, which received protection from the Archdiocese of São Paulo, had an ecumenical Christian perspective and acted from the idea called “theology of the gaps”. The book *Solidariedade não tem fronteiras: a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor*”, written by Rocha and published in 2018, narrates the trajectory of the group from its creation until its shutdown. The present work seeks to analyze the undertaking of the Clamor struggle from the perspective of memory, both of the writer and of her interviewees. It

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Realizou graduação (com bolsa de iniciação científica pelo CNPq) e mestrado (com bolsa CAPES) pela mesma instituição. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9876056171635532>.



was therefore necessary to cast an eye on the political context in which the interviews were conducted and the book was published, the group's relationship with the Christian faith and the way in which memories are mentioned throughout the text.

Keywords: Clamor; dictatorships; Southern Cone

Nos anos 1970, em meio aos golpes de Estado em países da América Latina, cidadãos de diversos países mudaram-se para o Brasil a fim de fugir dos conflitos de seus respectivos países. Sem ter amparo do governo brasileiro, a Igreja Católica acabou se tornando um espaço de proteção a refugiados latino-americanos e de denúncia das informações sobre as ditaduras do Cone Sul. É o que demonstra o caso aqui analisado: em 1978, a jornalista britânica Jan Rocha, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e o pastor presbiteriano Jaime Wright fundaram o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul, ou Clamor, com amparo da Arquidiocese de São Paulo, sob direção do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e que levou tais denúncias para organizações de direitos humanos ao redor do mundo. O livro que será tomado como fonte neste trabalho é *Solidariedade não tem fronteiras: a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor*, escrito por Rocha e publicado em 2018.

Janete Margareth Terdre da Rocha é uma jornalista britânica que trabalhava como correspondente no Brasil para os veículos *The Guardian* e *BBC*. O livro de 2018 não foi pioneiro nos trabalhos sobre o Clamor; em 2003, o jornalista Samarone Lima publicou o livro *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*, inicialmente sua dissertação de mestrado para a Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo (USP), defendida em 2000. Monografias e dissertações também foram publicadas sobre o grupo – sem falar em artigos acadêmicos (ver: ANDRADE, 2000; FRAGA, 2012; ALÓ, 2012; FRAGA, 2020; IACOMINI, 2023). Em 2020 foi também lançada uma coletânea sobre a história do grupo, *Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa*, organizada pelas historiadoras Ana Célia Navarro de Andrade e Heloísa de Faria Cruz. Ainda assim, o trabalho de Rocha é um importante documento que expõe uma memória pública do grupo publicada por uma integrante.

O livro foi um trabalho exaustivo, em que a jornalista entrou em contato com fontes da época e realizou diversas entrevistas com pessoas envolvidas no grupo. Um dos trabalhos empreendidos pelo Clamor foi a publicação de boletins em português, inglês e espanhol, que eram distribuídos para organizações defensoras dos direitos humanos pelo



mundo. Ao longo da obra, a autora resgata os textos divulgados nos boletins e explica o posicionamento do grupo diante dos diversos contextos. Há um resgate histórico dos golpes e ditaduras implantados na Argentina, no Chile, na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai, acompanhado das memórias de membros do Clamor e histórias de pessoas que estes puderam ajudar.

A cooperação entre as ditaduras nesses países havia sido notada pelos partícipes do grupo antes de saberem da existência do chamado Plano Condor,

(...) um programa clandestino de repressão política elaborado pelos ditadores de direita da América do Sul sob o qual Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai trocaram inteligência e prisioneiros, e cooperaram em executar medidas repressivas, incluindo operações conjuntas. (FEIERSTEIN, 2010, p. 493)²

Percebendo que esses regimes ultrapassavam a fronteira de seus próprios países para oprimir, o slogan do grupo se tornou “solidariedade não tem fronteiras”. As *Abuelas de la Plaza de Mayo*, grupo de avós argentinas que buscavam netos desaparecidos pelo regime, acabaram se tornando parceiras próximas do grupo.

O trabalho de Rocha pode ser enquadrado como um livro de memórias que emprega elementos do jornalismo investigativo. A trajetória da autora não é o foco principal da obra, mas, ao escrever uma história objetiva sobre um grupo do qual fez parte, memórias pessoais são trazidas à tona, além de aparecer a escrita em primeira pessoa. Sobre a contextualização histórica dos contextos, a narrativa inclui a forma como os regimes militares sob as garras do Condor foram instalados e depostos e os posicionamentos do Vaticano e dos Estados Unidos sobre diversos acontecimentos. A divisão dos capítulos é temática, isto é, não segue completamente a ordem cronológica, mas narra a história de diversos casos analisados separadamente.

Entre os capítulos da mencionada coletânea sobre o Clamor (ANDRADE; CRUZ, 2020) está um escrito por Rocha, em que fala sobre a escrita do livro de memórias. A jornalista relata que foi além de ter se utilizado dos documentos do Centro de Documentação e Informação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC):

Decidi que, além de estudar os documentos, seria importante falar com o maior número possível de pessoas que, de uma maneira ou de outra, esti-

² Tradução livre. No original: “a clandestine programme for political repression drawn up by South America’s right-wing dictatorships under which Argentina, Brazil, Bolivia, Chile, Ecuador, Paraguay, Peru, and Uruguay exchanged intelligence and prisoners, and cooperated in carrying out repressive measures, including joint operations”.



veram envolvidas com o Clamor. Entrevistei mais de cem, começando com os ex-membros do Clamor ainda vivos, membros de entidades brasileiras, latino-americanas e europeias de direitos humanos, familiares de desaparecidos ou presos, e ex-refugiados que foram acolhidos em São Paulo. Também conversei com dois ex-deputados que foram para o Paraguai, com um ex-embaixador inglês que quebrou o protocolo para visitar presas políticas no Uruguai e na Argentina, com duas netas que foram reunidas a seus avós com a ajuda do Clamor.

Viajei para Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Também fiz entrevistas em Londres. No Brasil (...) viajei para Porto Alegre (RS), Salvador (BA) e Ribeirão Preto (SP). (ROCHA, 2020, p. 88-89)

O capítulo de Rocha destaca algumas entrevistas e as memórias dos entrevistados. Essa perspectiva enriquece o olhar acerca de como foi realizada a escrita do livro, que será analisado neste artigo.

Considerações sobre a memória

Conforme já mencionado, Rocha realizou entrevistas entre os anos de 2008 e 2018 para recontar a história do Clamor, apesar de haver algumas anteriores. Sendo Rocha uma personagem ativa na história em que escreve, há em sua produção aspectos importantes na redação da trajetória de vida de uma pessoa ou de um grupo. A historiadora Vavy Pacheco Borges, sobre a escrita da biografia do cineasta e dramaturgo moçambicano Ruy Guerra, declara que, entrevistando um sujeito vivo, as entrevistas com contemporâneos são fundamentais. Segundo a autora, para a escrita da história de vida de uma pessoa,

Toda a documentação é analisada intrinsecamente, pois não se pode ouvir ou ler ingenuamente, querendo somente tirar informações. Cada fala – escrita ou oral – provém de um autor que em geral acabo conseguindo situar afetivamente; isto é, consigo vislumbrar em diferentes tipos de situações, os motivos que tem para gostar, admirar, temer, se irritar... (...) Mais tarde, as falas precisarão ser confrontadas no que contam; fatos, opiniões, lembranças mais ou menos antigas, tudo precisará ser pesado e contraposto. (...) nada de original em comparação com os procedimentos regulares do historiador. (BORGES, 2012, p. 99)

Chama a atenção que muitas entrevistas correspondam ao período de vigência da Comissão Nacional da Verdade (CNV), projeto criado durante o governo de Dilma Rousseff (PT),³ com o objetivo de investigar os crimes cometidos pelo Estado especialmente durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985). Algo observado durante a vigência da Co-

³ Partido dos Trabalhadores.



missão é a disputa de memória sobre o período ditatorial, em que setores da nova direita passaram a relativizar, negar e até defender as atrocidades do regime (PEREIRA, 2015). A própria presidente havia participado da luta armada contra os militares, mas após o governo de Michel Temer (MDB)⁴ e as conturbadas eleições de 2018, quem assumiu seu cargo foi o militar reformado Jair Bolsonaro, um crítico à CNV que celebrava o poder implantado em 1964 e que, no julgamento da Câmara no processo de afastamento de Dilma, dedicou seu voto ao reconhecido torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. Segundo Marcos Napolitano (2015), algo que pôde ser observado ao longo dos governos petistas foi uma cisão com outro partido portador da memória de repressão da ditadura, o PSDB,⁵ que, por sua vez, buscou alianças com setores ultraconservadores, deslocando eleitores que não se identificassem ao PT mais à direita. Assim, tornaram-se cada vez mais frequente no país manifestações que pediam intervenção militar.

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff trouxe à tona um debate em torno do conceito de “golpe”, em que parte da população civil apontou semelhanças entre o movimento que depôs João Goulart em 1964 e o que afastou Dilma em 2016 (NAPOLITANO, 2019). É impreciso afirmar que tenha sido essa a visão de Rocha, tendo em vista seus posicionamentos diante da atuação do PT e do afastamento de Rousseff (ver falas da autora em: DUARTE, 2015; DUARTE, 2016). O historiador Guilherme Barboza de Fraga (2020) considera que as memórias compartilhadas em 2018 pelos entrevistados de Rocha também foram impactadas pelo período pré-eleitoral brasileiro, com destaque à ascensão de Jair Bolsonaro, e a prisão do ex-presidente Lula, também preso em 1980 durante o período da ditadura.⁶ Não é a intenção dessa seção do trabalho comparar os acontecimentos a partir de 2016 ao período ditatorial brasileiro da segunda metade do século XX, mas constatar que os episódios mais recentes despertaram em setores da esquerda a percepção de que se tratavam de movimentos antidemocráticos, tal como os de 1964.

4 Movimento Democrático Brasileiro.

5 Partido da Social Democracia Brasileira.

6 “Também não se deve desconsiderar o momento histórico pelo qual nosso país passava em fevereiro de 2018 quando a maioria das entrevistas foi feita. Um período turbulento, de revisionismos históricos sobre o regime ditatorial ganhando espaço nas redes sociais e nos meios de comunicação, com torturadores sendo defendidos e idolatrados publicamente por deputados e por uma parcela da população, com candidatos de extrema direita avançando nas pesquisas eleitorais, com julgamentos arbitrários de opositores políticos – como o caso do ex-presidente Lula –, com direitos sendo retirados, etc. Certamente, o ambiente político-social daquele início de 2018 impactou nessas memórias em relação ao período. Vale questionar se as respostas de 2011 – quando foram estabelecidos os primeiros contatos – seriam idênticas as de 2018. Impossível mensurar com precisão, mas não se pode desconsiderar a importância do presente ao reativar memórias envolvendo a repressão política no passado”. (FRAGA, 2020, p. 214)



A partir de observações feitas por autores como Alistair Thomson (2001) sobre a variabilidade das memórias ao longo do tempo, é possível compreender que a forma como se constituem as memórias não é apenas individual, mas também política. Em defesa das fontes orais, o historiador afirma que o testemunho oral é válido na análise de interação de como o passado repercute na vida atual de cada sujeito em seu contexto contemporâneo. As lembranças das pessoas podem ser afetadas por diversos fatores, sejam eles culturais, religiosos, políticos etc.⁷ O antropólogo Joël Candau (2013, p. 165) explica esse fenômeno, ao afirmar que “Uma vez que os quadros sociais da memória orientam a evocação, a anamnese de um informador dependerá dos quadros que lhe são contemporâneos e dará uma visão dos acontecimentos passados em parte retocados pelo presente”.

Na introdução do livro, Jan Rocha (2018, p. 19) declara:

Num momento de radicalização, no Brasil e no mundo, achei oportuno contar esta história de solidariedade e de amor ao próximo. A violência das ditaduras se alimentava da intolerância e do ódio contra pessoas com ideias e projetos diferentes. Não podemos permitir de novo que a intolerância vença a solidariedade.

Essa radicalização política aparece com a ascensão de diversos líderes populistas pelo mundo, que, apesar de não agirem de forma orquestrada tal como era no Plano Condor, dialogavam entre si a partir de seus modelos, que combinam/combinavam “uma sorte de populismo autoritário, que vem testando a resiliência institucional das democracias em seus respectivos países” (SCHWARCZ, 2019, p. 226-227). A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2019, p. 226-227), em seus estudos sobre autoritarismo em tempos recentes, cita alguns casos: “na Turquia sob a presidência de Recep Tayyip Erdogan, na Polônia com Andrzej Duda, na Hungria com Viktor Orbán, Donald Trump nos Estados Unidos, Matteo Salvini na Itália, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Benjamin Netanyahu em Israel e Nicolás Maduro na Venezuela”.

É importante ressaltar que a Lei da Anistia assinada em 1979 perdoou os alegados crimes de opositores do regime militar, assim como a violência aplicada pelo Estado também foi absolvida. O decreto não foi revogado com a Constituição de 1988, o que impediu uma justiça de transição que pudesse punir os envolvidos com o aparato repressivo ou

⁷ Thomson (2001) chega nessas conclusões a partir de entrevistas feitas com o ex-combatente australiano Fred Farrow sobre a Primeira Guerra Mundial em diferentes momentos de sua vida. O historiador observa que as respostas do ex-combatente foram diferentes ao longo desses anos. Entre as influências encontradas para a construção de suas narrativas estão traumas, estereótipos, participação no movimento trabalhista, filmes hollywoodianos e relatos de soldados estadunidenses após a desmobilização na Guerra do Vietnã.



impor uma ruptura entre o poder militar e a posterior democracia. Esse fator ajudou a tornar a memória sobre a ditadura militar um fator frágil e alvo de debates contemporâneos (NAPOLITANO, 2015).

Memórias do Clamor

Destacaremos, a partir de agora, algumas das memórias de Jan Rocha sobre o grupo, especificamente sobre seu surgimento e sua atuação a partir do que era chamado de “teologia das brechas”, que será descrita com maior atenção na próxima seção. Não buscaremos aqui analisar as narrativas em torno das pessoas que o grupo pôde auxiliar, mas as lembranças mais pessoais de seus integrantes sobre seu trabalho.

O surgimento do Clamor na narrativa de Jan Rocha ganha um tom pessoal importante. A jornalista fala de um momento em novembro de 1977 em que entrava em um *shopping center* em São Paulo para conversar com um exilado argentino. O que esse sujeito queria era contar sobre os horrores vivenciados em seu país. O Brasil parecia, aos argentinos, uma oportunidade para refúgio, apesar de este também ter sido dominado pelos militares por um golpe de estado. Rocha admitia que não havia no Brasil muitas informações sobre o país vizinho:

Saíram algumas matérias nos jornais quando os militares derrubaram a presidente [argentina] Isabelita Perón, em março de 1976, mas ela era muito impopular e pareceu se tratar apenas de mais uma sublevação militar num país – e num continente – acostumado aos golpes. Logo, sem dúvida, algum tipo de democracia seria restaurado. (ROCHA, 2018, p. 31)

De fato, no século XX a Argentina havia vivenciado outros cinco golpes antes do ocorrido em 1976: em 1930, 1943, 1955, 1962 e 1966. No entanto, o que estava acontecendo naquele momento parecia ser mais intenso: vários sujeitos exilados haviam relatado a Jan Rocha sobre os milhares de desaparecidos no país, e sobre os campos de concentração que torturavam pessoas até a morte. Assim, Rocha chegou a publicar matérias no jornal britânico *The Guardian* sobre o que acontecia na Argentina.

O mistério é um aspecto presente no relato de Rocha. A jornalista fala sobre quando tomou um ônibus com Juan, o sindicalista argentino com quem havia se encontrado, e sobre o momento em que a esposa de Juan, Cláudia, manda que Jan não olhe para o ônibus no qual estavam entrando. Ao chegarem na casa em que Juan e Cláudia estavam vivendo, Rocha reconheceu Luiz Eduardo Greenhalgh, que já estava trabalhando na defesa de pre-



sos políticos brasileiros e sugere que se unissem a Jaime Wright para fazer algo pelos refugiados. Jan já havia entrevistado Wright acerca do desaparecimento de seu irmão, Paulo Stuart Wright. O pastor também era conhecido por sua participação no culto ecumênico em memória ao jornalista Vladimir Herzog. A pedidos dos argentinos, precauções tiveram que ser tomadas no encontro com Jaime Wright, que teve que usar óculos escuros com chumaços de algodão de forma a não conseguir se localizar.

Esses relatos de Jan Rocha podem ser enquadrados como o que Leonor Arfuch chama de um “momento biográfico”. Algo que dá credibilidade a esse tipo de relato é a sua construção narrativa: “os modos de (se) nomear no relato, o vaivém da vivência ou da lembrança, o ponto do olhar, o que se deixa na sombra” (ARFUCH, 2010, p. 73). É isso o que se vê quando Rocha descreve o dia de chuva em que se encontrou com Juan, como estava o ônibus em que entrou, a forma como descreve a casa em que conversou com Greenhalgh, a lembrança de conversas anteriores com Wright, entre outros recursos recorrentes na narrativa.

Arfuch (2010, p. 83-110) também afirma que o espaço biográfico permite um avanço da vida privada sobre a vida pública. Essa questão se faz presente no livro analisado em determinados momentos. Jan Rocha discorre sobre os momentos públicos que integrantes do Clamor vivenciaram (algo sobre o qual será discorrido ao longo deste trabalho), como reuniões com importantes autoridades políticas, organizações de direitos humanos e celebridades, e também coletivas de imprensa. A presença do arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, também lhes permitia ter abertura para contatar determinadas personalidades, tendo em vista o seu renome enquanto autoridade eclesiástica. Por outro lado, joga luz sobre o processo levado até alcançar tal visibilidade, a partir do compartilhamento do que o sociólogo Michael Pollak (1989) chamaria de “memórias subterrâneas”.

As memórias subterrâneas seriam aquelas que pertencem a grupos minoritários e cujas lembranças se opõem a uma certa memória oficial. O termo aqui pode parecer contraditório, considerando que há no Brasil o reconhecimento do passado ditatorial pela historiografia e por discursos públicos. No entanto, como já foi abordado neste trabalho, a memória que parecia hegemônica do período entrou em conflito com versões opostas como fruto da ascensão de grupos ultraconservadores no país. Isso nos leva a recorrer a Pollak, que considera a memória um fator essencial na constituição da identidade de um determinado grupo. Para o sociólogo, “a memória e a identidade são valores disputados em confli-



tos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 204 - grifos no original). Candau (2013) atribui a essa situação o que chama de “conflitos de memória” (que abrevia como CDM), que são conflitos sobre a natureza de determinados acontecimentos. Para ele, os CDM são percebidos quando grupos disputam uma determinada memória de forma a privilegiar suas respectivas lembranças em detrimento de outras menos populares ou quando esses sujeitos buscam criar uma narrativa que não costuma ser contestada para assim admitir uma certa verdade histórica.⁸

Sobre a trajetória do grupo, passos importantes foram dados após o contato com o pastor Wright: o apelido “Clamor” foi definido tendo em vista as letras LA, de *Latin America* (“América Latina”, em inglês) e “amor”. A inspiração também veio da passagem bíblica de Salmos capítulo 88, versículo 2: “inclina os teus ouvidos ao meu clamor” (BÍBLIA, 2018, p. 558). O verdadeiro nome do grupo era: Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul. A perspectiva escolhida para o grupo era “cristã, ecumênica e sem filiação partidária, e (...) sua razão de existir era humanitária” (ROCHA, 2018, p. 35). O grupo logo começou a receber apoio do bispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), órgão com sede em Genebra, na Suíça, que reunia igrejas protestantes e ortodoxas. O coordenador do programa de direitos humanos do CMI para a América Latina era Charles Harper, ou “Chuck”, amigo de infância de Wright e, assim como o próprio, era pastor presbiteriano, nascido no Brasil e filho de missionários estadunidenses.

O ecumenismo era alvo de desconfianças do governo, uma vez que, após a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrido em 1968 em Medellín, na Colômbia, os bispos ali presentes haviam definido que os pobres deveriam ser tomados como uma prioridade de atuação na Igreja. Eles também haviam estabelecido que esse convite também era para os cristãos não-católicos. O cuidado com os pobres a partir da ação social era enxergado como uma prática subversiva e, portanto, próxima dos ideais comunistas. A própria Igreja Presbiteriana do Brasil era contrária a tal prática por parte de seus integrantes, e Jaime Wright chegou a ser denunciado ao governo algumas vezes por seu envolvimento em ação social com católicos e com o próprio Conselho Mundial de Igrejas (PAIXÃO JUNIOR, 2014). Diante de questões como essas que o historiador Agemir de Carva-

⁸ “grupos confrontam-se seja para fazer prevalecer as suas respectivas memórias, tendo por objetivo que uma delas - é o problema do CDM -, se consiga impor a todos ao ponto de erradicar as memórias alternativas, seja, ainda, indivíduos/grupos que se confrontam tendo em vista uma memória que não é realmente contestada, para privilegiar aí este ou aquele relance ou aspecto particular, quer dizer, um fâcies memorial” (CANDAU, 2013, p. 127).



lho Dias (2007, p. 29) afirma que “na memória do protestantismo brasileiro é no movimento ecumênico que temos a principal articulação de resistência ao golpe militar e à tomada do poder pelos conservadores nas diversas igrejas protestantes no Brasil”.

O primeiro desafio proposto do grupo era escrever um boletim sobre a repressão na Argentina antes da Copa do Mundo, que aconteceria em junho de 1978, uma vez que o mundo todo dirigiria o olhar para o país enquanto o evento esportivo acontecia. Foi preciso que alguns refugiados ajudassem a preparar esses documentos, que seriam escritos em português, inglês e espanhol e enviados para organizações defensoras de direitos humanos em 50 países. No relato de Rocha, trabalho e vida pessoal se encontram: “No meio desta cena caótica, meus dois filhos pequenos, Camilo e Ali, tiveram que almoçar e jantar, rodeados de estranhos falando espanhol, discutindo, escrevendo” (ROCHA, 2018, p. 36).

Com um grupo formado inicialmente com todos sendo voluntários, Rocha (2018, p. 37) revela que não imaginava o quão requisitado o Clamor seria:

Conforme nossa existência foi ficando conhecida, cartas e mais cartas, relatórios e boletins começaram a chegar aos montes, revelando a profundidade da dor e do sofrimento que estava sendo infligido às populações dos países do Cone Sul pelos ditadores que haviam derrubado governos eleitos democraticamente.

Logo Jaime Wright trabalharia para o Clamor em tempo integral, com a autorização de sua congregação. Nesse momento, o pastor não estaria mais ligado à Igreja Presbiteriana do Brasil, mas à Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, ramo do protestantismo criado em 1978 por pastores críticos ao apoio da IPB à ditadura e que também apoiavam o pastorado feminino e aproximações ecumênicas.⁹

Memória e religião

Voltando ao proposto por Michael Pollak (1992, p. 204) sobre a memória ser um elemento importante na formação de uma identidade, o autor considera que há alguns aspectos essenciais para a compreensão do processo: a unidade física, que o autor associa à ideia de fronteira física do grupo, algo que, de fato, existia, já que os integrantes do Clamor tinham suas reuniões na Arquidiocese de São Paulo, apesar de sua atuação não estar restrita à cidade de São Paulo ou ao Brasil; a “continuidade dentro do tempo”, que não fi-

⁹ SOBRE a IPU, ver: ipu.org.br/about-us/ Acesso em: 16 jul. 2021,



cou restrita ao período de existência do grupo, considerando a publicação do livro mais de 20 anos após sua extinção; e a coerência, que pode ser apontada na junção entre a fé cristã professada por todos apesar da divergência entre denominações, e o sentimento de dever de luta pelos direitos humanos.

É inegável que a religião tenha exercido uma função essencial no Clamor. Afinal, logo em sua fundação, foi decidido que o grupo teria uma perspectiva ecumênica. Ao longo de sua existência, a diversidade era também possível de ser observada:

(...) nele havia uma jornalista (Jan Rocha), advogados (Luiz Eduardo Greenhalgh, Fermino Fecchio e Plauto Rocha), familiares de presos políticos (Jaime Wright e Inge Schilling), ex-presas políticas (Cida Horta e Dodora Arantes), leigas católicas (Thereza Brandão e Lilian Azevedo), religiosos católicos (dom Paulo, Pe. Roberto, Ir. Michael e Frei João) e religiosos protestantes (Jaime e Alma Wright). (FRAGA, 2020, p. 76)

Apesar disso, as entidades religiosas estão ausentes da narrativa de Rocha: não há ajuda divina ou inspiração do Espírito Santo na história. Essa questão está de acordo com o estabelecido pelo historiador indiano Sanjay Seth (2013, p. 177-178) sobre a história, enquanto prática racional, dispensar a participação de deuses e deusas com papéis ativos: “Ao escrever a história, o(a) historiador(a) pode registrar o fato de que as pessoas creem na existência dos deuses e na sua participação ativa no mundo (...), mas (...) não pode escrever a história como se esses deuses e espíritos fossem atores históricos reais”.

As motivações religiosas do grupo, no entanto, não foram deixadas de lado na narrativa. Rocha afirma que o Clamor atuava a partir de um conceito introduzido por Jaime Wright chamado de “teologia das brechas”: o método consistia em aproveitar toda e qualquer oportunidade possível para levar em frente a agenda do grupo (ALÓ, 2020; SYDOW, 2022). Alguns momentos importantes são mencionados no livro de Rocha sobre essa atuação: a visita ao Brasil do presidente estadunidense Jimmy Carter, em 1978, do Papa João Paulo II, em 1980, do primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, e da cantora americana de protesto, Joan Baez, ambos em 1981, e da cantora argentina Mercedes Sosa, em 1982.

O caso de Trudeau foi o primeiro mencionado por Rocha. A ideia que o grupo teve foi de entregar uma carta ao primeiro-ministro pedindo para que ele aceitasse mais refugiados latino-americanos. Sendo o Padre Roberto Grand Maison, novo integrante do grupo, um canadense, ele mesmo poderia entregar a carta. Para isso, os integrantes do Clamor, contando também com a Irmã Michael Mary Nolan, compraram ingressos para o almoço organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá, que aconteceria no Hotel Hilton em



São Paulo em janeiro de 1981. Grand Maison se aproximou do primeiro-ministro falando em francês e afirmando ser colega de um outro padre conhecido de Trudeau, que, por sua vez, dispensou a presença dos seguranças que tentavam impedir a aproximação do padre Roberto do líder. Assim, foi possível que Grand Maison falasse sobre o trabalho do Clamor e a carta foi entregue com sucesso a Trudeau, que, em seu discurso no local, mencionou a carta que lhe foi entregue. Sua correspondência com o grupo continuou após seu retorno ao Canadá.

Apesar de a visita de Trudeau ter sido a primeira história contada por Jan Rocha, a jornalista narra que:

A “teologia das brechas” já havia sido aplicada antes, quando o presidente Jimmy Carter visitou o Brasil em 1978 e convidou dom Paulo a ir com ele, em seu carro, até o aeroporto do Rio. Era a única chance de falar a sós sem grampos, ouvintes ou guarda-costas. Dom Paulo pediu a Jaime para preparar um *briefing* para a conversa. Nós elaboramos uma lista de tópicos, incluindo a questão dos desaparecidos no Brasil e no Cone Sul (ROCHA, 2018, p. 292-293).

Anita Wright Torres (2014), filha de Jaime Wright, conta, em entrevista ao teólogo Zwinglio Mota Dias, que a estratégia era também publicar essa lista nos jornais em São Paulo, tendo em vista que estes não seriam censurados no dia da visita do presidente.¹⁰ Segundo Jan Rocha, a presidência de Jimmy Carter serviu de alento para organizações de direitos humanos, que percebiam que o chefe de Estado os ouvia com simpatia, tendo em vista que o próprio governo estadunidense cooperava com as ditaduras do Plano Condor, de forma a impedir uma suposta ameaça comunista nesses países. A brecha foi aproveitada também na visita do Papa João Paulo II durante sua visita de quase duas semanas ao Brasil. Na ocasião, Dom Paulo entregou ao pontífice um dossiê sobre o que estava acontecendo nos países do Cone Sul.

Foi graças ao Clamor que um *show* da cantora de protesto estadunidense Joan Baez não foi impedido por completo. Baez estava no Brasil e foi convidada a cantar no Tuca, o teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e os integrantes do grupo lá estavam para assistir. No entanto, agentes da Polícia Federal buscavam impedir sua

10 “Outro princípio usado tanto pelo pessoal do ‘Brasil Nunca Mais’ como no ‘Clamor’ era o aquele que meu pai chamava de ‘Teologia das Brechas’. Era aproveitar as oportunidades de um acontecimento qualquer, pra ir lá e fazer a diferença ou fazer a sua inserção ali. Isso aconteceu quando o presidente Jimmy Carter veio ao Brasil e Dom Paulo conseguiu uma audiência com ele. E conseguiu entregar para o Jimmy Carter uma relação dos desaparecidos políticos. E acreditando que a imprensa não iria ousar censurar no dia em que um presidente americano estivesse no Brasil eles conseguiram publicar isso também no jornal em São Paulo”. (TORRES, 2014, p. 62).



apresentação, alegando que ela não poderia trabalhar (já que a música era sua profissão) enquanto estivesse apenas com o visto de turista. O padre Roberto foi chamado para ajudar a chegar a um acordo. “Ele [padre Roberto] disse à polícia que se Joan Baez não cantasse haveria tumulto. Finalmente concordaram em deixá-la cantar mas só duas ou três músicas, e não no palco. Ela só poderia cantar da primeira fila” (ROCHA, 2018, p. 293-294). No caso da apresentação de Sosa, no ano seguinte, não houve intervenção da Polícia. Todos os membros do Clamor puderam encontrá-la nos bastidores e falar sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo. Esse último acontecimento não ganha muito destaque na obra.

Wright e Arns chegaram até mesmo a celebrar um culto ecumênico “Contra o genocídio na Argentina”, para despertar a opinião pública sobre os 12 mil desaparecidos no país vizinho. Segundo o historiador André Souza Brito (2013), cultos ecumênicos foram uma estratégia de “cristãos progressistas” de protestar politicamente contra a repressão no Brasil. Como os integrantes do Clamor haviam notado que as ditaduras da América Latina trabalhavam em conjunto umas com as outras, criticar o regime argentino era também um ato subversivo. Nessas cerimônias religiosas a ênfase não estava somente no destino das almas ou no conforto aos parentes dos falecidos, mas na situação dos vivos expostos a torturas, assassinatos e desaparecimentos.

A decisão de realizar o culto aconteceu após a junta militar argentina decidir que aqueles considerados desaparecidos nos últimos cinco anos seriam declarados mortos. Desta forma, as famílias não poderiam tomar medidas judiciais em favor deles. Segundo Rocha, “O Clamor ponderou que a lei poderia resultar em genocídio, com o extermínio de todos os presos que não haviam sido detidos oficialmente” (ROCHA, 2018, p. 137). Assim, a cerimônia aconteceu um dia antes da visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹¹ a Buenos Aires e foi feito a pedido de familiares de desaparecidos e refugiados políticos que viviam no Brasil. Apesar disso, o cardeal argentino Raúl Primatesta enviou uma carta a Dom Paulo em que critica sua intromissão em assuntos argentinos. Havia um clima perceptível de cumplicidade entre a Igreja argentina e o governo, expresso também com relação a uma nota lançada pelo episcopado em 1977, quando o assunto dos desaparecidos passou a ganhar um espaço amplo na população. A nota afirmava que havia uma campanha importante que atingia aos cidadãos (a busca pelos desaparecidos), mas colaborava com o discurso dos

11 A visita durou entre 4 e 20 de setembro de 1979.



militares, que atribuíam ao terrorismo internacional a motivação pela mobilização (LIMA, 2003, p. 182).

Ainda sobre a atuação religiosa do Clamor, é importante observar que a Igreja Católica gozava de privilégios sociais e políticos. Assim, segundo o historiador Paulo César Gomes (2014, p. 24), “A Igreja (...) passou a servir como um dos únicos canais por meio do qual (...) populações podiam protestar contra o governo pela opressão política e social a que estavam submetidas, já que o golpe minara a possibilidade de mobilização popular”. Sendo assim, mesmo com a sombra da repressão sobre o grupo, o Clamor detinha o privilégio de estar protegido sob o guarda-chuva da Arquidiocese de São Paulo, que já exercia um trabalho reconhecido de defesa de perseguidos pelo regime. É importante considerar que Dom Paulo Evaristo Arns participou de reuniões da chamada Comissão Bipartite, organização criada por bispos católicos que buscavam reduzir os tensionamentos ideológicos e doutrinários entre Estado e Igreja, especialmente após o endurecimento do regime. A Comissão atuou entre os anos de 1970 e 1974 e acabou não cumprindo seu papel com o sucesso desejado, sendo que chegou até mesmo a ser instrumento de manipulação da Igreja por parte do governo para conter os bispos “mais impetuosos” (GOMES, 2014, p. 37-39).

Enfatizar a mobilização religiosa do grupo contribui para os estudos acerca da relação entre igrejas católicas e protestantes na relação com o regime, sendo, também uma forma de construção dessa memória. O livro de Paulo César Gomes (2014), por exemplo, traz uma perspectiva da investigação do governo sobre bispos que resistiram à ditadura, entre eles Dom Paulo, mas pouco aborda a relação destas autoridades com figuras ligadas ao protestantismo. O relatório da CNV (2014) sobre a relação de protestantes com o regime menciona poucas vezes o nome de Jaime Wright, e deixa a história do Clamor de lado - embora esta ganhe um breve destaque no livro dos pesquisadores ligados à CNV Anivaldo Padilha, Jorge Atilio Iulianelli, Luci Buff e Magali Cunha (2022).

Versões sobre a saída de Wright

Há uma memória marcante que entra em conflito na forma como descrita no testemunho de Rocha com a narrativa de Samarone Lima em seu livro de 2003. Trata-se da saída de Jaime Wright do grupo, no final de 1984. Nas palavras da jornalista, a saída do pastor tinha como razão sua exaustão física e mental, além da busca por algum trabalho me-



nos estressante. Enquanto Jan Rocha escreve uma página e meia sobre o acontecimento, Samarone Lima dedica um capítulo inteiro para discorrer sobre o episódio. Ele destaca que a saída de Wright ocorreu após desentendimentos e ressentimentos com relação ao grupo por conta de algumas ocorrências: a primeira delas foi a ida de Rocha e Greenhalgh à sua casa para buscar um documento, que foi entregue por sua esposa, Alma Wright, enquanto ele estava nos Estados Unidos, sem saber a data que retornaria ao Brasil. Em entrevista a Samarone Lima, Jan Rocha mencionava que Wright era às vezes possessivo com o trabalho do Clamor. Lima (2003, p. 208) afirma que o descontentamento era anterior:

Jaime não gostara da entrada de novos integrantes no grupo, sem que fosse consultado. Intimamente, sentia-se como que relegado ao segundo plano, mesmo estando à frente da idéia desde o primeiro momento. Quando o grupo começou a acolher novos participantes, preferiu, no momento, não comentar nada, mas, no seu íntimo, ficara a mágoa.

É possível que a versão de Jaime Wright sobre a história não tenha sido escutada por Samarone Lima, visto que o livro publicado em 2003 foi inicialmente sua dissertação de mestrado, defendida em setembro de 2000, tendo o pastor falecido no ano anterior. No entanto, o jornalista menciona um documento de três páginas que o pastor enviou ao grupo, chamado “Reflexão Inédita a Propósito do Quinquênario do Clamor”.

[No documento, Wright] Denominava o trabalho feito até então de “O Fracasso Ecumênico”. O grupo que vivera tão intensamente todos aqueles anos de esperanças, alegrias e lutas sofria sua primeira baixa – e ela não vinha de fora. Todos perceberam o teor da crítica, especialmente porque a expressão “fracasso ecumênico” parecia ir de encontro com tudo o que vinham fazendo de forma coletiva, ao longo dos últimos anos. Algumas novas tentativas de contato foram feitas, mas as portas estavam irremediavelmente fechadas. Em 13 de abril [de 1984], o episódio chegou a seu ponto final. Wright escreveu uma carta informando que, a partir daquele dia, estava definitivamente desligado do projeto. (LIMA, 2003, p. 208)

A escolha do termo “fracasso ecumênico” está no fato de que Wright, sendo um representante protestante do grupo,¹² não se sentia incluído nas decisões do Clamor, fazendo com que o princípio do ecumenismo falhasse. Rocha, por sua vez, conta sua versão com afeto e compreensão pela decisão do pastor, afirmando que

Desde o primeiro momento, Jaime havia se entregado de corpo e alma ao Clamor, trabalhando madrugada adentro, escrevendo artigos, respondendo

12 Cabe aqui apontar que Jan Rocha também se reconhece enquanto protestante, admitindo ser “anglicana não praticante”, conforme fala da jornalista em mesa redonda da Semana Acadêmica de História da Universidade Federal do Paraná em 2020. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fubp8AxWF0s&t=6016s> Acesso em: 29 abr. 2023.



cartas, desenhando o *layout* dos boletins, fazendo contas, lidando com as minúcias da organização. Ele havia recebido em sua casa refugiados e exilados, trabalhadores de direitos humanos, operários, visitantes estrangeiros –, e feito muitas viagens para a Argentina, Paraguai e Chile. As suas ligações muito próximas com dom Paulo, com Chuck Harper, do Conselho Mundial de Igrejas, e com líderes de igrejas americanas e europeias, tanto católicas como protestantes, ajudou a assegurar um fluxo constante de financiamento. (ROCHA, 2018, p. 295)

A hipótese aqui levantada é de que Rocha, possivelmente na busca por enfatizar os trabalhos positivos do grupo, tenha preferido deixar os conflitos internos de lado. O fato é que Jaime Wright, embora ainda magoado (SYDOW, 2022, p. 125-126), manteve a relação com os integrantes do Clamor após sua saída (IACOMINI, 2023, p. 160), e a jornalista afirma que ele continuou a se aproximar das *Abuelas* após a saída do grupo.¹³ A família do pastor pode ter sido um contato importante para a escrita do livro de Rocha, já que é citada com os “especiais agradecimentos” no começo do livro, saudando especificamente as filhas de Wright Lali, Silvia e Anita. (ROCHA, 2018, p. 7)

Nesse caso, um fator observado são os sentimentos. Afinal, segundo Candau (2013, p. 74), a relação entre a história e a memória é de dependência. Enquanto a história ordena, a memória é atravessada por paixões, emoções e afetos; a memória é fundadora, e a história busca legitimar; a memória busca se mostrar estável, muitas vezes a partir da tradição, enquanto a história busca captar mudanças ao longo do tempo. Nesse caso, o que prevaleceu foi uma narrativa que privilegia a identidade de solidariedade do grupo, possivelmente por conta da gratidão pelos feitos de Wright se sobressaia aos problemas internos ao grupo.

Considerações finais

Podemos considerar, portanto, que o livro escrito por Jan Rocha, publicado em um momento conturbado na política brasileira, é carregado de sentimentos por contar a história de um grupo cuja virtude maior era a solidariedade. O erguimento de vozes dissonantes da memória sobre as ditaduras latino-americanas é contrastado com os testemunhos colhidos por Rocha através de entrevistas e fontes escritas produzidas pelo grupo, e o que se percebe é uma satisfação dos membros do já extinto Clamor em ter vivenciado tais

13 Trabalhos posteriores aos já mencionados deram maior atenção à saída de Wright do Clamor, elencando suas motivações a partir da “Reflexão Inédita” e as repercussões do caso dentro e fora do grupo. Ver: SYDOW, 2022, p. 121-128; IACOMINI, 2023, p. 150-160.



acontecimentos, mas também uma responsabilidade em trazer à tona o passado autoritário para o cenário contemporâneo.

O livro também expõe o trabalho de igrejas e instituições cristãs que cooperaram com a promoção da defesa dos direitos humanos. Tratando-se de um amplo resgate histórico da trajetória do Comitê, a publicação de Jan Rocha pode servir de referência para consulta de muitos trabalhos que discorram sobre os anos de vigência das ditaduras da Doutrina de Segurança Nacional.

Referências

ALÓ, Walter Ângelo Fernandes. Solidariedade não tem fronteiras: a trajetória do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos Para os Países do Cone Sul - CLAMOR (1978-1991). In: **Jornadas de Trabajo - Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012, p. 1-21.

ALÓ, Walter Ângelo Fernandes. Teologia das brechas: a atuação do reverendo Jaime Wright na defesa dos direitos humanos durante as ditaduras de segurança nacional, no Cone Sul (1976-1988). In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 104-114.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. **Inventário do Fundo Clamor**: Organização e Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do Cone Sul. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). **Clamor e ditaduras no Cone Sul**: documentação, memória e pesquisa. São Paulo: EDUC, 2020.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BÍBLIA Sagrada - Nova Versão Internacional. 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

BORGES, Vavy Pacheco. Nas pegadas de um leão: notas de pesquisa sobre a vida de Ruy Guerra. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Grafia da vida**: Reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 83-104.

BRITO, André Souza. "Cultos ecumênicos em memória de comunistas e terroristas": estratégias de luta de cristãos progressistas contra a ditadura militar no Brasil. **Oficina do Historiador**, v. 6, n. 1, p. 23-43, 2013.

CANDAUI, Joël. **Antropologia da memória**. Trad. Míriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs. In: **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, p. 155-200.

DIAS, Agemir de Carvalho. **O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994)**: a serviço da igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

DUARTE, Fernando. **Por que impeachment pode ser "bênção disfarçada" para PT**. BBC Brasil. 18 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_brasil_futuro_pt_impeachment_beneficios_fd. Acesso em: 17 jul. 2021.



- DUARTE, Fernando. **PT “curtiu demais o poder”, diz livro britânico sobre trajetória do partido**. BBC Brasil. 15 set. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150914_pt_futuro_especialistas_fd. Acesso em: 17 jul. 2021.
- FEIERSTEIN, Daniel. National Security Doctrine in Latin America: the Genocide Question. In: BLOXHAM, Donald; MOSES, A. Dirk (Orgs.). **The Oxford Handbook of Genocide Studies**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 489–508. (Oxford Handbooks).
- FRAGA, Guilherme Barboza de. **A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FRAGA, Guilherme Barboza de. **Clamores contra as ditaduras do Cone Sul: a atuação do grupo Clamor na rede de solidariedade aos perseguidos políticos e seus familiares**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- IACOMINI, Luca Lima. **“Ecumênica é a preocupação da Igreja pelo sofrimento dos nossos irmãos”**: discurso e prática cristã do grupo Clamor na defesa das vítimas de ditaduras do Cone Sul (1977-1989). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- LIMA, Samarone. **Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 397–420, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9–44, 2015.
- PADILHA, Anivaldo; IULIANELLI, Jorge Atílio; BUFF, Luci; CUNHA, Magali. **As igrejas evangélicas na ditadura militar: dos abusos do poder à resistência cristã**. São Paulo: Alameda, 2022.
- PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzalez. Poder, memória e repressão: a Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar (1966-1978). **RIDH**, v. 2, n. 2, p. 20–41, 2014.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, n. 57, p. 863–902, 2015.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Trad. Monique Augras, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Trad. Dora Rocha Flaksman. v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.
- ROCHA, Jan, Memórias da luta: depoimentos de pessoas que ajudaram e foram ajudadas pelo Clamor (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul). In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de; CRUZ, Heloísa de Faria (Orgs.). **Clamor e ditaduras no Cone Sul: documentação, memória e pesquisa**. São Paulo: EDUC: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020, p. 88–89.
- ROCHA, Jan. **Solidariedade não tem fronteiras: A história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras latino-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 11, p. 173-189, 2013.

SYDOW, Evanize Martins. **Jaime Wright e a teologia das brechas**: o papel do pastor presbiteriano nas redes de solidariedade ligadas a igrejas progressistas nas ditaduras militares da América Latina. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2022.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. **História Oral**, Trad. André C. Gattaz; Meire T. M. Soares. v. 4, p. 85-101, 2001.

TORRES, Anita Wright. O Missionário que se fez Pastor dos Perseguidos e Torturados. In: DIAS, Zwinglio Mota (Org.). **Memórias ecumênicas protestantes - Os protestantes e a Ditadura**: colaboração e resistência. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014, p. 58-64.

